

ARTIGO

LEITURAS DE STUART HALL EM CENÁRIOS AMAZÔNICOS

STUART HALL'S THOUGHTS IN AMAZONIAN SCENARIOS

GERSON ALBUQUERQUE*

RESUMO

Tendo como “pano de fundo” três inusitados cenários: a “interpretação psicológica” do seringueiro do alto Purus, feita por Euclides da Cunha, bem como os atos de “fundação” de duas cidades na Amazônia acreana – Sena Madureira e Cruzeiro do Sul – e adotando as correntes fluviais como metáforas condutoras de diferentes palavras/conceitos a codificar e decodificar diferentes espaços/tempos amazônicos, com o presente artigo, objetiva-se produzir algumas reflexões sobre o alcance e o vigor teórico das proposições/intervenções de Stuart Hall para, a partir desses referenciais, interrogar/problematizar questões relacionadas a processos histórico-culturais de formação/conformação de sociedades em contextos de cidades/florestas.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia Acreana. Correntes Fluviais. Codificação/Decodificação. Stuart Hall

ABSTRACT

Considering as a background three unusual scenarios: a "psychological interpretation" of the rubber tapper from the *Alto Purus* region, pictured by Euclides da Cunha, as well as the acts of "foundation" of two cities in Acrean Amazon - Sena Madureira and Cruzeiro do Sul - and adopting the river flows as conductive metaphor of different words/concepts to encode and decode different Amazonian spaces/times, this article aims to produce some reflections on the scope and on the theoretical force of Stuart Hall propositions/interventions, in order to ask/discuss issues related to historical and cultural processes of constitution/shaping societies in contexts of cities/forests.

KEYWORDS: Acrean Amazon. River flows. Encoding/decoding. Stuart Hall

Considerações iniciais

Acre, Azul, Amônia, Breu, Caeté, Caipora, Chandless, Croa, Envira, Gregório, Humaitá, Iaco, Iquiri, Juruá-Mirim, Macauã, Moa, Muru, Paraná da Viúva, Jordão, Tarauacá, Tejo, Valparaíso, Xapuri, entre outros são alguns dos rios que irrigam a vida na Amazônia acreana. Suas águas não apenas procuram, mas (con)formam os caudais dos rios Purus e Juruá que se juntam no rio Solimões, cujas águas se encontram – demoram a se misturar – com as águas do rio Negro, contribuintes do rio Amazonas, que, em um impressionante e devassador choque de águas doces e salgadas deságuam no Atlântico.

Essas extraordinárias correntes fluviais correm paralelas, mas se cruzam em inúmeros “furos”, lagos, igarapés, várzeas e terras firmes, constituindo extraordinárias artérias rizomáticas de irrigação da vida da terra e das muitas vidas sobre e sob a terra. Cruzam-se as correntes e com elas as mulheres, as crianças, os homens e os inúmeros seres das florestas, barrancos, vilas, cidades. As ideias, mercadorias, objetos, palavras/conceitos também transitam por essas correntes que produzem/percorrem as espacialidades e temporalidades das línguas e práticas culturais das sociedades da Amazônia Sul-Ocidental.

Palavras/conceitos, pessoas, matérias primas e mercadorias em trânsitos e sentidos norte-sul, sul-norte e sul-sul balançando no chacoalhar das águas a misturar e “contaminar” “identidades fechadas” em si mesmas, formando/produzindo culturas no encontro das diferenças que se repelem e se atraem, na subida e descida dos rios e paranãs da “última fronteira” da terra *brasílis*, inventando outro épico a

compor a narrativa de sua nacionalidade “[plantando] sangue na terra, [matando] a sede na guerra, [tecendo] lendas no verde”.¹

A partir do pensamento teórico – e sem garantias² – de Stuart Hall, tomamos como ponto de partida a dimensão plural, multifacetada, porosa do conceito de “cultura”, espécie de chave para todos nós que nos colocamos o desafio de dialogar e intervir nos processos históricos de nosso tempo. Somos “impuros”, afirmou Hall, na perspectiva de que vivemos em um mundo que é resultado do encontro e da relação de mulheres e homens que se deslocaram ou foram deslocados da África, Ásia e Europa para participar de um encontro ímpar no epicentro da vida e do mundo “colonial-moderno”: a América indígena, negra, afroindígena.³ A cultura – significante móvel – resulta de um infundável processo do fazer humano, sujeito incompleto que, no desmantelar de ontologias, faz-se de encontros/desencontros no devir se sua experiência no mundo secular.⁴

Trazendo a questão para nossos mundos americanos/amazônicos de múltiplas culturas, línguas e grupos humanos, no dizer de Édouard Glissant os diferentes se trocaram/misturaram na tensão do imprevisível entrelaçamento do “eu” com o “outro”,⁵ correndo os “riscos” que estão implícitos em todas as relações; sujando-se nas beiras de rios, na terra de chão batido, nas seivas, no mourejar das águas, nas várzeas e terras firmes, nas inúmeras formas de territorialização dos seres, especialmente, na produção cultural de suas/nossas línguas. Dessas experiências históricas, sem esquecer todas as formas de violência físicas e psicológicas que sempre as acompanharam, nos interessa destacar que Hall chamou a atenção para a

questão da identidade como forma de reconhecimento e afirmação no mundo, da forma como se é, mas sem a falácia dos essencialismos culturais, étnicos, linguísticos, identitários, religiosos que se constituem como coisas complicadas, que tendem a descambar para posturas autoritárias e exclusivistas sobre o ser: sua cor, seu sexo, seu credo, sua língua, entre outros. Essa compreensão é uma das heranças mais primordiais deixadas por Stuart Hall ao mundo secular dos homens. Uma percepção que passou a ter papel preponderante para todos aqueles que assumiram a postura de fazer ecoar vozes tornadas inaudíveis, rostos e corpos invisibilizados pela historiografia e formas de difusão de narrativas discursivas que “embranqueceram” as “raízes” da formação histórica dessa parte do continente americano.

Nossa intenção é dialogar/refletir sobre alguns aspectos dessas questões, tendo como ponto de apoio e inspiração o legado histórico desse pensador diaspórico, que nos impulsiona ao enfrentamento político e ético com as lutas, as causas e as conjunturas de nossos tempos presentes.

Entre as correntes fluviais da Amazônia acreana: cenários

Para o exercício proposto com o presente artigo, gostaríamos de elencar três cenários, especialmente, tendo como foco a noção de pensar outras metáforas para o falar/manifestar pensamentos ou palavras/conceitos desde nosso lugar amazônico, tomando-as como ideias capazes de transgredir significados, romper simplificações binárias, propor a transformação social e simbólica, no sentido dado pela leitura

de Stuart Hall ao manusear a influência de Mikhail Bakhtin nas “metáforas da transformação” no campo dos estudos culturais.

Compondo esses cenários, apresentamos leituras sobre a construção de uma narrativa histórico-literária ou literário-histórica sobre o seringueiro do rio Purus e sobre as narrativas de “fundação” das cidades de Sena Madureira (Purus) e Cruzeiro do Sul (Juruá), no processo mesmo de construção da narrativa da expansão e da identidade nacional para os “confins do deserto ocidental amazônico”. Não por acaso, os três cenários brotam de documentos escritos e imagéticos produzidos na primeira década do século XX, no contexto de produção do mito fundador da Amazônia acreana como parte do território brasileiro. A partir desses cenários, discutimos a influência teórica dos Estudos Culturais, em especial, o legado de Hall para a problematização de nosso olhar e das fontes históricas, bem como para a necessidade de constituição/invenção de outras formas de olhar e traduzir narrativas sobre realidades e acontecimentos históricos, com o desejo de produzir novas metáforas a “governar nossos olhares” e nos impulsionar na superação daquilo que Hall classificou como “noção não-problemática” de representação, como se o “real” simplesmente existisse fora da narrativa.⁶

No percurso da apresentação dos cenários, intencionalmente, tecidos para articular os aspectos centrais dos objetivos deste artigo, dialogamos com alguns referenciais articulados para pensar a estrutura da análise pontual de cada um, especialmente, Walter Benjamin, Pierre Nora, Jacques Le Goff e Beatriz Sarlo.⁷ Porém, a perspectiva central é amparada em Hall, principalmente, pela necessidade de fazer a revisão

crítica de uma noção de história da Amazônia que é mera extensão da história da expansão do capitalismo ocidental para as “periferias” do mundo, caracterizadas como locais de produção de matérias-primas e deslocamentos de mulheres e homens como elos indissociáveis dos violentos processos de exploração da natureza e dos seres humanos. Nesse sentido, ganha interesse problematizarmos mitificados processos de fundação de cidades e constituição de identidades amalgamadas por narrativas colonizatórias que trataram de apagar não apenas a presença de mulheres e homens negros, deslocados ou em deslocamentos por essa parte das Amazônias, mas sua herança política, social e cultural.

Cenário I

“Judas-Ahsverus”, de autoria de Euclides da Cunha, publicado originalmente no livro póstumo “À margem da história”,⁸ apresenta a narrativa (interpretação) de um espantalho tecido pelas mãos de “seringueiros do Alto-Purus” para ser malhado no sábado de Aleluia. Esculpido à “imagem de seu demiurgo”, o homem da existência “monótona, obscura, dolorosa”, que habita o “chão de barro” dos territórios engravidados de vida de uma certa Amazônia acreana, o Judas Ahsverus, de Euclides da Cunha, é um ser fantástico, fruto de um olhar que, por sobre os “sertões” amazônicos, projeta leituras de outros “sertões”.

Brotando de uma estética fortemente marcada pela influência do romantismo e por uma perspectiva secular operando com noções de ruína e progresso, a prosa de Euclides da Cunha engendra nos olhos – e na imaginação – dos leitores palavras carregadas de significados

impactantes, transitando entre as fronteiras das “realidades” e das ficções de seu autor. Nessa escrita “vingadora”, Euclides transfigura o corpo do seringueiro, tomado ele próprio como imagem e reflexo de seu espantelho: sua “existência imóvel”, seus repetidos “dias de penúrias”, suas “tristezas” e “pesares” intermináveis, suas “fatalidades” e “desditas”, sua “figura desengonçada e sinistra” metamorfoseia-se no grotesco e fantasmagórico Judas que esculpi, entalhando-lhe meticulosamente cada traço de sua auto-imagem.

Sem economizar na formulação de alegorias, em rudes/belas imagens do monstruoso que se torna homem ou do homem que cria o monstro à sua imagem e semelhança, Euclides da Cunha projeta sua imaginação como imaginação daquele homem, segundo ele, à margem da escrita e do moderno, portanto da história da nação e das redensões republicanas. Nessa imaginação da imaginação (de viajantes naturalistas que o antecederam) uma figura demoníaca e errante desce o rio Purus, de bubuia, feito os homens e mulheres de tal lugar, “fantasmas vagabundos” penetrando imensos “recintos de águas mortas”. Nessas águas, também elas fantasmagóricas (se seguirmos a linha de pensamento do autor do inacabado “Paraíso perdido”), ou seja, é parte de uma natureza que, embora “inconclusa” ou em formação – no sentido darwiniano – é capaz de determinar uma “seleção telúrica” das mulheres e homens que para aí se dirigem, “vítimas de sua própria ambição e fraquezas”.

Em “Judas Ahsverus” o corpo – singularizado – dos seringueiros do alto Purus se metamorfoseia, “empalado no centro do terreiro”, em um objeto de tala, palha e rotas vestimentas. Metamorfose essa que,

poderíamos dizer fazendo nossas as considerações de Maria Cristina Batalha ao analisar características de certo modelo de narrativa fantástica, “desterritorializa” a própria existência humana desses trabalhadores, coisificando-os.⁹ Nessa direção o corpo “coisa”, produzido pela arrebatadora escrita de Euclides da Cunha, orienta nosso olhar não para a realidade material/simbólica de uma “insólita” comunidade amazônica, mas para os compromissos políticos e ideológicos assumidos pelo autor em suas condições de existência.

O corpo “coisa” daquele homem da floresta, no entanto, ao contrário do que tenta fazer crer o autor do “conto-crônica” em questão, não é um reflexo da realidade amazônica, mas da transfiguração de suas leituras e noções sobre o “ser” seringueiro do alto Purus. É isso que podemos sugerir, ao dialogar com escritos do antropólogo acreano Mauro Almeida, que há mais de trinta anos pesquisa, assessora e acompanha as práticas cotidianas e as lutas dos trabalhadores rurais do alto Juruá, ao formular uma significativa descrição das movimentações de seringueiros, em seus dinâmicos processos de enfrentamento à “ordem” das firmas exploradoras/exportadoras da economia da borracha na região. Percorrendo diferentes narrativas dos conflitos sociais em uma região re-inventada pela expansão da economia gumífera e da própria história do capitalismo europeu para o “mundo não europeu”, Almeida possibilita lançarmos outra imaginação para o cotidiano de mulheres e homens, tradicionalmente, tratados como seres imobilizados no “espaço”, “talhados” por uma terra que também era grafada ora como “paraíso”, ora como “inferno”; ora “abençoada”, ora “caluniada”.

Em 1898, escreve Almeida, traduzindo relatos de missionários franceses de passagem pelo Tejo, afluente da margem direita do rio Juruá, um grupo de seringueiros investiram contra a propriedade de um certo “Bonifácio, que comandava a exploração dos seringais da área, era genro do comandante do vapor Contreiras, da empresa Melo & Cia., que desde 1897 visitava a região vindo de Belém, sempre trazendo mercadorias e novos seringueiros”. Em sua investida, incendiaram o barracão e provocaram um prejuízo de “300 mil francos, o equivalente a 30 toneladas de borracha”. Pouco tempo depois, em 1913, segue o antropólogo atualizando os relatos dos “enviados de Deus” ao “vazio e desértico” mundo das terras, florestas e rios da bacia do Juruá: “o padre Tastevin escreveu que uma ‘revolta’ de seringueiros provocou várias mortes violentas, e em 1919, seringueiros do barracão da Restauração, no Alto Rio Tejo, expulsaram o gerente, exigindo novas condições para continuarem o trabalho”.¹⁰

Sem perder de vista o caráter dessas narrativas e atentos à carga subjetiva e às relações de poder que estão na base dos documentos/monumentos, como nos alertou Le Goff, lançamos nosso olhar para outro tipo de fonte documental e nos deparamos com o relato do primeiro prefeito do Departamento do Alto Acre, o Coronel Raphael da Cunha Matos, que, no ano de 1904, ao produzir suas narrativas sobre o universo social de uma parte da Amazônia banhada pelas águas do rio Acre, encaminhando-as ao Ministério das Relações Interiores, afirma que entrevistou de forma “enérgica” para “impor a ordem pública” naquela região recém incorporada ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis (1903),

debelando o que classificou de “movimentos revolucionários” de trabalhadores extrativistas de seringais da região.¹¹

Para além desses relatos oficiais, inúmeros autores da chamada “literatura de expressão amazônica” (sic), embora impregnados de estereótipos que se cristalizam nas mentes de muitos de seus leitores, apresentam interessantes narrativas sobre levantes de trabalhadores dos seringais, desafiando a ordem do barracão e se impondo em processos de lutas políticas, incendiando barracões, negociando sua produção de borracha com marreteiros, colocando “sujeiras” nas pelas de borracha ou “fugindo” do interior dos seringais como forma de romper a tradicional cadeia de aviamento e servidão por dívidas impagáveis. Ferreira de Castro, com “A Selva”; Miguel Ferrante, com “O seringal”; Araújo Lima, com Coronel de barranco; José Potyguara, com “Terra caída”, entre outros, são alguns dos exemplos desse tipo de narrativa ficcional.

Essa literatura, não obstante aos comprometimentos “mundanos” de seus autores, elabora significativas imagens que possibilitam dialogarmos com os limites da árida certeza de Euclides da Cunha: a de que o embrutecido seringueiro do alto Purus vivia uma eterna repetição, um ciclo monótono em torno da produção da borracha, tecendo sua eterna condição de um ser condenado, apático e subjugado. Ao contrário disso, possibilita incorporarmos aqui a reflexão de Edward Said e afirmarmos que a “Amazônia” não é um dado em si, objetivo, mas uma falsa unidade construída por redes discursivas, que eliminaram suas múltiplas fronteiras (linguísticas, geográficas, políticas, históricas, étnicas, sociais, etc).¹² Mais que isso, possibilita colocarmos em outros termos a “realidade fantástica” da Amazônia euclidiana, pontuado que seus

registros ou suas interpretações sobre as Amazônias se constituem à distância, alienando formas de territorialização, espacialização, temporalização das comunidades humanas e das culturas regionais.

Na análise euclidiana, ao tecer o Judas à sua imagem e semelhança, o seringueiro do alto Purus se vinga de si próprio, de sua desdita. Esse exame psicológico é feito por Euclides a partir de noções externas, alheias ao cotidiano cultural desse homem. Exame esse que foi seguido por muitos leitores e analistas da obra de Euclides, que, inclusive, chegam a falar de uma luta contra a miséria e a degradação, luta que se manifesta na forma rude com que esse homem se apedreja e se destrói ao apedrejar e destruir o judas, momento em que se vinga da ordem que o tornou assim. Essa análise toma o homem amazônico como uma eterna vítima e um ser inerte. Um ser que, até quando luta contra a ordem da dominação e da miséria social, o faz se destruindo: homem sem amor próprio, diria mesmo masoquista. Análise que somente é possível para quem ignora ou secundariza a forte religiosidade desse homem, o catolicismo popular que lhe acompanha em amplas misturas com religiosidades afrodescendentes e indígenas a produzir seres da floresta. Seres que são aterradores, assustadores e que, em certo sentido, regulam sua própria relação com a floresta. O Judas da imaginação seringueira é o Iscariotes, o traidor e um traidor e sempre malvisto no universo do homem da floresta/cidade nas Amazônias acreanas. Um homem que, por seu excesso de vaidade algo difícil de ser notado, em decorrência das condições de carências materiais (nos referimos à questão econômica ou à lógica do mercado) jamais esculpiria a si próprio com as marcas de um ser grotesco.

Cenário II

A imagem é imprecisa, como imprecisas são as feições dos rostos dos presentes, a maioria composta por homens. Mas, não todos, posto que as mulheres estão lá. A imprecisão não permite visualizar crianças, mas a improbabilidade delas não existirem é gigantesca. Aninhada numa clareira (com a floresta em torno de todos e por todos os lados e o rio, pássaros, borboletas, piuns e toda uma “orquestra” de insetos tropicais) encontra-se uma multidão de duas, talvez três dezenas de pessoas. Suas vestimentas indicam traços das relações sociais e de suas supostas identidades, mesmo que formalmente, pois não temos como ir além disso. Alguns, talvez dois deles, vestem-se com uniformes militares; umas mulheres com longos “vestidos rodados”, sombrinhas e sapatos importados, combinando com suas vestimentas; as demais, com vestidos mais simples, não portam sombrinhas. Os não-militares portam outras vestimentas: uns usam fraque e calça de linho; outros usam colete, calça e camisa de punho em linho e chapéu “Panamá”.

Todos se encontram perfilados em frente a uma casa, um “tapiri” ou um defumador ou casa de farinha com cobertura de palha. Muito provavelmente é a essa casa que a edição de 1957 da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, planejada e orientada pelo, então, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Jurandyr Pires Ferreira, se refira ao afirmar que:

O General Siqueira de Menezes, em cumprimento de sua alta missão, chegando ao rio Yaco, a 25 de setembro de 1904, após transpor a linha Cunha Gomes, em terras do Seringal Santa Fé, fundou a cidade de Sena Madureira (...) No lugar da nova

cidade, construiu um ‘papery’, onde cotidianamente dava ordens e assinava o expediente da Prefeitura...¹³

Tal casa ou “taperi” ou, ainda, “papery” tem uma longa cobertura de palha ou folhas da palmeira do ouricuri ou jaci, muito provavelmente sustentada por madeira rústica. Diante da casa, um mastro ostenta uma bandeira escurecida, assim como as sombras propiciadas pelas folhagens e galhos das árvores, efeito provocado pelo ângulo da fotografia e pelo clarão que parte do céu, anunciando uma forte luz solar.

Desejo, se é que possível tal desejo, tatear a superfície dessa imagem, introduzindo meus dedos por suas frestas e discontinuidades. É uma imagem fotográfica – não a realidade – projetando sombras de mulheres e homens, que, talvez por se tratar de uma “festa” ou de um “cortejo”, se vistam à francesa, à inglesa. Não é festa de carnaval, nem cortejo fúnebre, é “rumor” pela “fundação” de Sena Madureira, a Capital do Departamento do Alto Purus: essa é a narrativa da história oficial, que se propaga nos festins cívicos de tal fundação. Não que tenha sido assim, posto que alguém distraído poderia indagar “fundou o que? Se nada tinha a fundar?” O que sabemos, no entanto, é que nos feriados escolares aprendemos ou, ao menos, “deveríamos aprender” que os “desbravadores” e “fundadores” tinham sobrenomes, posto que é isso que importa, assim como da Encarnação, Melo, Barbosa, Escócio, Duarte, Menezes, Franco, dos Anjos, Procópio, Gadelha, Corrêa e daí pra frente, representando, como fiéis portadores de valores ocidentais centrados no patriarcalismo, um mundo eminentemente masculino, branco, católico.

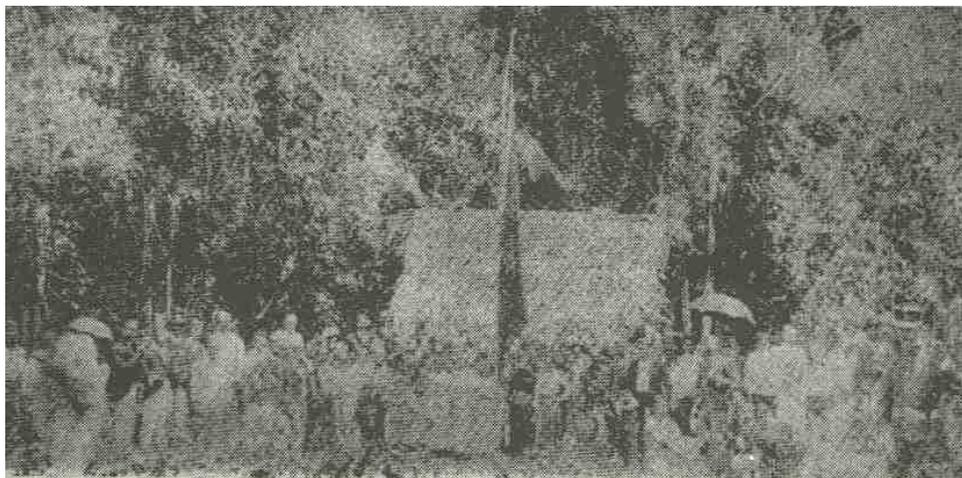


Imagem da fundação de Sena Madureira, a capital do Alto Purus, em 25 de setembro de 1904.

A imagem não diz e nem retrata nada, tampouco fala por si mesma. A disposição dos enquadrados sob o sol, na objetiva do fotógrafo, denota a presença de muitas sombras e escuridão, assim como a visibilidade dos presentes na “cena congelada” denuncia aquilo e/ou aqueles que foram “ocultados” na narrativa do “marco fundador” da cidade de Sena Madureira. É preciso tatear seus relevos, suas frestas, penetrar a matéria e o simbolismo sob o qual a mesma foi produzida e, com isso, procurar apreender que o “encadeamento registrado [ilumina] o visível pela evidência de coisas não vistas...”, como escreve Raphael Samuel.¹⁴

Impõe-se como algo necessário insistirmos que Sena Madureira, embora não estivesse pronta ao ser “fundada”, já nasceu com a categoria de cidade ou, como ressalta o texto enciclopédico, um “lugar” onde seria a “nova cidade”. Portanto, sua “fundação” foi apenas simbólica, como simbólica e esvaziada de significado é a “comemoração” de seus

aniversários nos dias quentes do mês de setembro amazônico. A memória histórica da “fundação” de Sena Madureira reteve a fotografia sobre a qual repousamos nossos curiosos olhares. Ela própria, a fotografia, não é o real: é um olhar/narrativa sobre o real mediado pela técnica, pelo ângulo, pela seleção, por um discurso triunfalista dos que “venceram”. Também reteve os relatórios, as cartas, os timbres oficiais, as poses e toda a pompa dos “fundadores”, assim como dos “desbravadores” que dominavam por possuírem o domínio das letras e nomearam os sujeitos, os seres e os lugares que narravam. Inequivocamente, homens de coragem tenaz, esperançosos e crentes em um modelo “civilizatório” que devassava toda forma de “barbárie”, geralmente, sinônimo daquilo que desconheciam.

Se a cada trovoadas sob os céus do rio Yaco, clareando a extensão das nevoentas manhãs do Purus, pudéssemos recolher “grosseiras” imagens fotográficas, posto que os retoques da computação gráfica, ainda, não vigoravam, teríamos referenciais repletos de rostos de mulheres e homens que a historiografia amazonialista resolveu silenciar/invisibilizar como “sombras espectrais de seres ameaçadores”. Seres “desprovidos da capacidade fundadora” daquela minoria que aparece no plano central das “poses históricas”, com seus olhares seguros e plenos de arrogância senhorial. Neles, os “anti-heróis” ou “anti-fundadores” que ficaram nas margens sombreadas ou ocultadas, reencontraríamos o passado em aberto, passível de um diálogo que ultrapasse os limites do até agora possível, como nos propõe Beatriz Sarlo que, seguindo proposições de Walter Benjamin, nos indica a necessidade do “olhar político”. Olhar esse que, ao “...frustrar a

expectativa e ao subverter a pauta do previsível”, nos apresente “fragmentos de discursos [que] reclamam ser escutados de maneira diferente”, antecipando “o que numa sociedade ainda permanece obscuro, ou [iluminando] com outra luz um passado que parecia definitivamente organizado”.¹⁵

A narrativa fotográfica do “cortejo” pela “fundação” da cidade nos arremessa ao romantismo bucólico dos “bandeirantes amazônicos”. Trata-se de uma poderosa narrativa que trata de conferir objetividade e força mitificadora ao marco fundador de tal cidade, expansão da narrativa da nação. A rigor, um simulacro em que movido pelo mito da linearidade histórica, um homem dotado de “poderes superiores” estabelece, em um dado momento, o referencial mensurador do início a partir do qual se “inaugura” a linha de um tempo evolutivo que separa o mundo “civilizado” do mundo “selvagem”. Uma espécie de liturgia, naturalmente, triste ou entristecida pelo olhar do presente, posto que o passado somente existe na percepção do presente e não em si próprio.

Sob o ardente e “celebrativo” sol do presente, o poder público intervém como patrocinador das comemorações, recriando os espaços de uma memória que, distanciada da multiplicidade social, se torna oficial e não pouco espontânea, como pontua Pierre Nora, posto

que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história deprime os

varrería. São bastiões sob os quais se escora (...) Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los, eles não se tornariam lugares de memória.¹⁶

Na direção pontuada por Nora, destacamos o levante autonomista de 1912, no alto Purus, momento em que um grupo de proprietários de seringais e seus aliados, descontentes com o poder público e o modelo de organização/gestão político-administrativa imposto pela república para a Amazônia acreana, depôs o prefeito departamental, coronel Tristão de Araripe, na “ilusão” de forçarem a transformação do Território Federal do Acre em estado autônomo da federação.

Quando a situação foi “contornada” ou “apaziguada” e as “forças legais” restituíram a “ordem” no departamento do alto Purus, os segmentos sociais que tinham poder de mando ou de propriedade, os “coronéis” e grandes comerciantes, mantiveram essa mesma condição enquanto os trabalhadores extrativistas e não extrativistas continuaram trabalhando nas “brenhas” da floresta, nos barrancos, nos “ambientes invisíveis” de seus afazeres e de seus “fazeres”. “Invisíveis” não apenas aos estereotipados olhares, mas, também, às penas dos escribas oficiais.

A reconstrução da sede do governo departamental reavivou, naqueles anos, a simbologia de um mito fundador que se revigora a cada “aniversário da cidade”. Revigoramento pleno, na proporção em que a perpetuação da pompa tradicional, “glamourosamente” festejada nos palanques oficiais, como forma de evitar seu esquecimento pela maioria, se assenta na perpétua sacralização de uns, silenciando/invizibilizando gerações de outros que se chamariam, quem sabe, Marias, Raimundas,

Natálias, Sebastinas, Bebés, Franciscas, Graças, Chicos, Josés, Ananias, Pedros, João... A reivificação dos dominadores de ontem se espelha nos dominadores de hoje, posto que, como enfatiza Benjamin: “...os que num dado momento dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores...”¹⁷

Cenário III

Glimendes Rego Barros, em “A Presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)”, faz uma significativa referência de uma passagem da obra de Souza Lima, “Adolescência na Selva”, na qual este autor produz o quadro de uma viagem de Manaus para os seringais acreanos a bordo de um navio “gaiola”, como eram conhecidas as embarcações que faziam esse tipo de transporte:

Na parte superior, alinhavam-se os camarotes de convés (era a primeira classe). Na parte inferior, quase ao nível das águas, num salão onde se acotovelavam os seringueiros com suas redes e teréns, era a terceira classe, em promiscuidade com os animais transportados (...) Ao fétido das fezes e urina dos animais, se juntava o do vômito daqueles infelizes, verdadeiros escravos voluntários. Em cima a Casa Grande, embaixo a Senzala.¹⁸

Essa tradução de Souza Lima, embora não lhe permita ir além de encarar os deslocados da “terceira classe” como meros seres despossuídos de vontade e ação própria, compõe um universo mental a partir do qual podemos imaginar o cenário sob o qual estavam submetidos os trabalhadores e pessoas simples no momento em que se

constituiu a primeira divisão administrativa do Acre, quando surgiram os territórios departamentais do Alto Juruá, Alto Purus e Alto Acre, através de Decreto assinado pelo Presidente Rodrigues Alves, em 1904.

As narrativas da época dão conta que, geralmente, as viagens de Manaus para muitos seringais do Alto Juruá demoravam, em média, dezessete dias e implicavam em altos custos, sendo que aqueles que iam trabalhar no extrativismo tinham suas despesas subvencionadas pelos patrões que os “contratavam” e, evidentemente, quando chegavam aos seus destinos já estavam por demais endividados e sujeitos às regras impostas pelos seringalistas.

“Liberal convicto”, como se auto-denominava, Gregório Thaumaturgo de Azevedo, um coronel do exército brasileiro que havia sido governador do Amazonas, fora nomeado primeiro prefeito do Departamento do Alto Juruá, cabendo-lhe a tarefa de organizar aquela unidade territorial. Assim, após quarenta e cinco dias de viagem, chegaria ao “Juruá Federal” em setembro de 1904 e, até dezembro daquele ano, conforme seu próprio relatório, promulgou um total de vinte e nove decretos, verdadeiras leis, que incidiriam diretamente sobre a vida de “todos” os habitantes da região.

Suas primeiras ações foram voltadas para o que classificou como “combate à lei do rifle e do tronco”, com a qual os seringalistas impunham sobre seringueiros e outros sujeitos sociais. Desse modo, com o intuito de estabelecer sua autoridade sobre os “coronéis de barranco” e escudado no slogan de “ordem e tranquilidade” mandou prender vários proprietários, acusados de fazer “correrias” contra os índios, espancar e humilhar seringueiros. Justificaria tais atos, com base no discurso de que

a ação da justiça deveria começar pelos ricos e poderosos e não pelos “deserdados da sorte”, muito embora a “lei do trabalho”, que instituiu por decreto, não apenas prescrevia a regulamentação, mas coagia os trabalhadores seringueiros à obediência e disciplina do barracão.

No processo de organização administrativa do Território Federal do Acre, o Decreto que criou os departamentos territoriais colocava a magistratura dependente e/ou subordinada aos prefeitos. Além do mais, não permitia o direito de *habeas corpus* aos juízes de distrito. No entanto, para Thaumaturgo de Azevedo, isso era insuficiente, pois, era “necessário, ao bem do prestígio da primeira autoridade do departamento, outorgar-lhe uma ascendência maior sobre a magistratura”.¹⁹ Pensando e agindo dessa maneira condensava em suas mãos, os poderes executivo, judiciário e legislativo, provocando uma série de conflitos e tensões que podem ser apreendidas a partir da leitura de seus próprios relatórios de governo.

A partir da leitura desses relatórios, bem como de cartas e outras peças documentais produzidas no Alto Juruá, desde 1904, configurando-se não apenas como fontes documentais, mas como portadoras das relações sociais ali estabelecidas, percebemos um conjunto de tensões, principalmente, nas díades patrão-seringueiro e civilizado-selvagem. Mas, é possível, também, antever miméticas versões do “ideal modernizador” propagado pelos “homens de letras”, difundindo o mito civilizador ocidental, desconsiderando ou tratando de eliminar tudo aquilo que fosse considerado “primitivo”, “selvagem”, “atrasado”.

Thaumaturgo de Azevedo dirigiu a equipe responsável pela elaboração da planta de criação da cidade de Cruzeiro do Sul, a capital do

departamento do alto Juruá, com os planos e traçados, reordenados “pelos engenheiros José de Berredo, Manfredo Catanhede e o também Eng. Civil e Alferes Sulpício Cordovil, que além de locar residências na “planta urbana” desenhou a cadeia, a biblioteca, a usina de eletricidade e uma escola.”²⁰ Nessa proposta de “construção” ou, como preferem alguns historiadores, de “fundação” da cidade, no lugar do antigo Seringal Invencível, não tinha espaço para “bairros periféricos”, famílias de seringueiros expropriadas para o perímetro urbano, nem muito menos para as populações indígenas, que surgem nos relatórios do prefeito departamental como “cordatos e facilmente catequizáveis, muito industriais e grandes agricultores”, sendo intenção de Thaumaturgo de Azevedo “trazê-los ao convívio dos civilizados”.²¹

Se, no plano teórico, a posição do prefeito contrastava com a predominante ideia que tinha o indígena como um animal prejudicial, maléfico e incapaz de ser civilizado, as evidências históricas indicam que o seu modelo de “cidade ideal” estava centrado no objetivo de eliminar qualquer perspectiva de manutenção das formas de viver das populações indígenas que, invariavelmente, empreenderam forte resistência à sua incorporação nos trabalhos de interesse da sociedade regional.

O traçado principal da planta da capital do departamento, em sua versão de 1905, apresentava ruas largas, o Boulevard Thaumaturgo de Azevedo, praças arborizadas, parques, iluminação elétrica, biblioteca pública, escola, centro de pesquisa climatológica, caixa econômica juruaense, estação hidráulica, sede do governo, edifícios públicos, teatro, higiene e sanitização pública, mercado municipal, vilas, imprensa oficial e jardim botânico. Parte considerável desse “projeto urbanístico”,

completamente alheio à realidade amazônica, seria construído nos anos 1905-06 sendo que, em carta endereçada ao proprietário do Jornal “O Palladio”, da cidade de Santo Antonio de Jesus, na Bahia, o advogado e jurista José Antonio de Araújo descreveria Cruzeiro do Sul como

uma belíssima cidade, de ruas largas e lindas avenidas, umas e outras caprichosamente delineadas, e, por sua posição topographica, será, em futuro mais ou menos próximo, uma das mais importantes do Paiz e de certo modo a mais importante do Território Federal do Acre.²²

Nessa carta, datada de 07 de novembro de 1907, José Antonio Araújo, que se tornaria um dos maiores críticos do prefeito departamental, insistia que o mesmo, embora avesso à justiça, transformou um seringal em uma cidade “irritantemente saudável”, como a classificaria um médico da Comissão de Obras Federais e, insistindo em mostrar o estágio da cidade, faria uma longa e minuciosa descrição de suas formas urbanas:

do barranco do rio parte uma rua com 150 metros de largura e três mil de comprimento, o Boulevard Thaumaturgo, cuja construção já está levantada até o canto da Rua Quinze de Novembro. Cortam-n’á perpendicularmente, a começar do barranco do rio, a Avenida Quinze de Novembro, as ruas do Amonea, do Breu, Nilo Peçanha, do Envira, do Muru, Tavares de Lyra, do Purus, a Avenida Affonso Pena e muitas outras, que não serão construídas nestes vinte annos, talvez mesmo cincoenta.²³

Muito próximo e não menos distante da vida nos seringais, a capital do Alto Juruá surgia tendo, por um lado, os referenciais apologéticos dos “grandes vultos” e das datas cívicas da nacionalidade

brasileira que, para a maioria das mulheres e homens que viviam no trabalho do extrativismo gumífero, não tinha nenhum significado e, por outro lado, tomando de empréstimo nomes de rios amazônicos, com os quais o poder constituído procurava fazer respeitar e legitimar sua noção de pertencimento ao local, constituindo a imaginária comunidade do “Juruá Federal”.

Nos relatórios de 1905 e 1906, a narrativa de Thaumaturgo de Azevedo insiste que a população do Juruá teria suas necessidades realizadas, na medida em que pudesse contar com uma referência urbana que a atendesse com “eficiência”, “higiene”, “tranqüilidade” e “conforto”. Nessa direção, foi produzido o “Código de Posturas” para regulamentar a vida em uma cidade que não estava presente no ato de sua “fundação”, posto que cidade é um “organismo” móvel, mutável, que se faz e refaz sempre, de acordo com as perspectivas e dinâmicas de suas populações.

Cruzeiro do Sul não estava presente no momento de sua “fundação” porque, como nos lembra Giulio Carlo Argan, cidade não se funda, se faz.²⁴ A capital do Departamento do Alto Juruá não se resumia, nem se resume, aos “traçados” e ao “Plano Geral” ou às simétricas ruas e avenidas, pensadas no projeto de seus primeiros administradores ou interventores do passado e do presente. Suas ruas, suas casas, suas ladeiras, seus lugares e práticas de sociabilidade, refletindo as múltiplas territorialidades de suas mulheres, homens e crianças, produziram e vão continuar produzindo a cidade (neste caso, a cidade/floresta) em suas espacialidades, territorialidades e em seus corpos. As práticas do viver dos habitantes de uma cidade produzem espaços, territórios e

(re)inventam identidades que se insinuam material e simbolicamente, dando conta que, assim como a cidade, os corpos também são lugares de memórias que continuarão se transformando como a vida, se recriando sempre.

Codificação, decodificação e trânsitos conceituais

Os cenários apresentados são emblemáticos do tipo de narrativa que se impôs como marco de fundação de uma certa acreeidade amazônica, marcado pelo mito do progresso e da civilização em meio à floresta “vazia”, “desértica” e “selvagem”. Euclides da Cunha com sua pena “redentora”, Siqueira de Menezes e Thaumaturgo de Azevedo, com suas armas, brasões e imposições republicanas encarnam não apenas a lembrança da “missão civilizadora” pacificando os “sertões”, mas o mito fundador da brasilidade, nomeando, dominando e grafando uma rígida identidade – nacional – ao mundo da natureza e dos homens, indígenas ou deslocados para as fronteiras da nação. Identidade que tem que ser propagada e reafirmada incessantemente, posto que constituída de coisas narradas, produzindo mitos fundadores que, como afirmou Hall,

são, por definição, transitórios: não apenas estão fora da história, mas são fundamentalmente aistoricos. São anacrônicos e têm a estrutura de uma dupla inscrição. Seu poder redentor encontra-se no futuro, que ainda está por vir. Mas funcionam atribuindo o que predizem à sua descrição do que já aconteceu, do que era no princípio. Entretanto, a história, como a flecha do Tempo, é sucessiva, senão linear. A estrutura narrativa dos mitos é cíclica. Mas, dentro da história, seu significado é frequentemente transformado.²⁵

Nesse tipo de transformação do significado, a identidade nacional – essencializada – se fragmenta frente às injunções das distintas práticas e formas de viver dos grupos humanos que, em cenários amazônicos, se misturaram e se misturam compondo um mosaico de práticas culturais em suas artimanhas de muitas histórias, no dizer de Antonietta Antonacci.²⁶

Os cenários amazônicos que apresentamos se confundem com outros cenários americanos e caribenhos, premidos por deslocamentos de inúmeras comunidades humanas, seres da terra, florestas e águas, mercadorias e palavras, como parte das violências e tensões da expansão da história europeia para áreas e territórios não-europeus desde o século XVI, dando origem à própria “modernidade”, que, para Hall, é “um significante extremamente escorregadio”.²⁷ No caso da Amazônia acreana e suas áreas ricas em matérias-primas, a expansão foi subvencionada por grandes cartéis e consórcios internacionais que, desde a segunda metade do século XIX, atravessaram o mundo sob o manto das bandeiras dos estados nacionais como Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Bélgica. Ao lado dos interesses econômicos, amparando ou dando legitimidade à expansão desses capitais internacionais, seguia todo um discurso de “desenvolvimento”, “modernidade” e “progresso” para as "*tierras non descubiertas*" ou dos "territórios de colônia", como eram grafadas nos mapas as imensas e "desconhecidas" áreas de terras, rios e florestas que compreendem a atual Amazônia Sul-Occidental.

Expansão de mercados, ocupação de territórios "vazios" e "desérticos", abertura dos rios para a livre navegação, trabalho assalariado, combate ao "atraso", avanço da "civilização" sobre territórios

"selvagens" foram as palavras de ordem que orientaram todo o processo de expansão da "história universal" europeia para a Amazônia acreana e propiciou o aparecimento da economia ou indústria da borracha e toda a dinâmica a ela subjacente. Falamos do contexto histórico que vai de 1850 a 1870 e, em seguida, de 1870 a 1910, chamado de "boom" da borracha ou "primeiro surto da economia da borracha", que é uma definição excludente das muitas outras práticas culturais que, séculos antes do advento da economia capitalista, conviviam e continuam a conviver na região.

Devemos chamar atenção que, até o início do século XX, o Acre não existia e, a rigor, seu próprio surgimento se deu em decorrência dessa "frente de expansão econômica". Como ressaltado, a região era tratada como "*tierras non descubiertas*" e o curioso era que os tratados internacionais caracterizavam a delimitação das fronteiras entre Portugal e Espanha e, após os processos de independência e formação dos estados nacionais na região, entre o Brasil, a Bolívia e o Peru, a partir de cartas e mapas produzidos pelas "fantasias" de cartógrafos que jamais colocaram os pés na região e, desde determinadas capitais européias, traçavam rotas e linhas imaginárias para sacramentar as decisões sobre o pertencimento ou o direito jurídico de posse e governabilidade em tais "*tierras*", bem como o destino de suas gentes.²⁸

O Acre somente passa a existir a partir da guerra pela borracha, que a historiografia oficial designou como "revolução acreana", pois é parte dos despojos dessa guerra e de todo um lento processo que envolveu diferentes atores sociais e jurídicos, culminando com a assinatura do Tratado de Petrópolis (17 de novembro de 1903), espécie

de ato inaugural do Acre e da invenção do “ser acreano”, como parte do estado brasileiro e, portanto, da narrativa nacional. Tal tratado, devemos lembrar, não foi assinado na base de românticos artifícios diplomáticos, mas do deslocamento militar e da pressão que o Barão do Rio Branco exerceu sobre a república vizinha, lançando mão de todo um reaparelhamento das forças armadas para uso com finalidades “diplomáticas”: para uma Bolívia sitiada, sem condições econômicas e militares para reagir e se confrontar frente ao poder bélico brasileiro restou subscrever o Tratado de Petrópolis: um engodo em todos os sentidos.²⁹

Ressaltamos essas questões para evidenciar que, a partir da análise dos processos históricos ocorridos na região, se não temos como afirmar que o Acre exerceu importância para a “indústria da borracha”, podemos enfatizar que esse lugar Acre – sua história, geografia e identidade narradas – foi produzido à imagem e semelhança da “indústria da borracha”, ou seja, da expansão do capital internacional para a região e da lógica da escrita de uma linear história da expansão e desenvolvimento do capitalismo para essa parte da rotulada “periferia” do mundo. Isso muda tudo, pois nos ajuda e reconhecer que o processo histórico que faz surgir o Acre (parte do território e da narrativa nacional) está vinculado à dinâmica da expansão do império multinacional para áreas ricas em matérias-primas, ou seja, para áreas a serem violentamente exploradas e “sugadas” de todas as maneiras para, após a sua exaustão, como sempre ocorre, as mesmas forças do “mercado”, em aliança com a “mão invisível” do estado nacional, se

retirarem e partirem em busca de outras áreas e investimentos mais rentáveis e menos arriscados para seus interesses.

Pensamos que isso pode nos ajudar a compreender o que aconteceu na Amazônia acreana e sul-ocidental como um todo, no passado, quando os grandes interesses estavam voltados para a mono-exploração da borracha, e no presente, quando os interesses se voltam para o agronegócio, para farsa do “mercado de carbono” e para a mercantilização das florestas com a impiedosa e violenta devastação de imensas áreas de terras para o comércio da madeira ou com a frente de expansão energética, caracterizada pela destruição de rios e inúmeros *habitats* para a implantação de usinas hidrelétricas e exportação/comercialização da energia aí produzidas.

O “mundo do trabalho” nas florestas amazônicas sempre esteve alinhavado com processos violentos, desde o deslocamento forçado de milhares de trabalhadores das províncias do norte do Brasil e de outras localidades, a propaganda do “enriquecimento fácil”, o mito do eldorado, a coerção e expropriação nos locais de origem dos trabalhadores que iriam se constituir como seringueiros no mesmo processo em que os seringueiros foram, historicamente, se constituindo. Portanto, trabalho e trabalhador foram simultaneamente sendo produzidos à imagem do mercado e das violentas práticas de deslocamento e de enraizamento aí engendradas. Nos rios e florestas amazônicas essas violências ganharam contornos dramáticos, cujas dimensões ainda não foram devidamente dimensionadas, especialmente, porque aconteceu toda uma tentativa de apagamento das violências sobre populações, culturas e línguas indígenas

e as populações de origem africana ou afrodescendente foram tornadas invisíveis e inaudíveis pela historiografia regional e nacional.

A “rota de desenvolvimento” nada desenvolveu. As populações locais compreenderam muito rapidamente o significado da palavra (des)envolvimento, que deve sempre ser repetida no âmbito daquilo que o seu significante aponta, ou seja, a negação de qualquer possibilidade de envolvimento e a eterna presença de projetos mirabolantes de intervenção, interdição, modernização e progresso regional que, em primeira e última instância, representam a mesma lógica ou reproduzem o mesmo modelo de exploração e expropriação colonial, com a natureza e a cultura submetida à mesma violência predatória de florestas, rios, terras, subsolo, plantas, animais e gentes, ocultas pela propagandas oficiais e fantasias da modernização e da melhoria da qualidade de vida na região.

Nesse sentido, a partir da contribuição do legado de Stuart Hall para as nossas reflexões, chamamos a atenção para a trajetória histórica e as culturas ou os modos de vida nas Amazônias, que não estão e nunca estiveram diretamente dependentes do mercado ou das frentes de expansão econômicas e de suas flutuações. Mesmo antes da economia da borracha, indígenas, andinos, africanos e afrodescendentes, portugueses, ingleses, italianos, alemães, árabes, franceses, holandeses, espanhóis, e pessoas de outras nacionalidades já cruzavam os rios da região e se misturavam étnica, cultural e linguisticamente. Essa dinâmica, que remonta aos séculos XVI, XVII e XVIII, com todos os seus conflitos, guerras e inúmeras tensões não pode ser ignorada sob pena de continuarmos legitimando a história da expansão imperialista na região

(século XIX) como única possibilidade de escrita e compreensão das histórias locais de distintos grupos humanos, algo completamente anacrônico e a-histórico.

Especificamente, o ser seringueiro, com todos os paradoxos que isso implica, se constituiu no âmbito de uma forma de viver que articulou diferentes dimensões das relações entre o homem e o “mundo natural”, entre a natureza e a cultura, entre as cidades e as florestas, entre as práticas econômicas e políticas e as crenças valores, percepções de si e do outro. Tudo isso está muito além e fora dos determinismos de qualquer ordem, em especial, do mercado ou das frentes de expansão econômicas. A floresta, o viver na floresta, a luta pela posse e uso da terra nas Amazônias, a imprescindível “luta pela terra com a floresta em pé”³⁰ e pelo reconhecimento das culturas de mulheres e homens da região como parte de tudo o que articula e está articulado em torno dessas culturas materiais e imateriais, seus patrimônios, não está subsumido às formas do capital, aos projetos de desenvolvimento regional ou ao avanço da expansão da “modernidade capitalista”, com todos os seus aparatos tecnológicos, que as gentes das Amazônias, inúmeras vezes, ao longo dos últimos dois séculos fez parar com seus modos de ser, suas lutas e suas culturas, pejorativamente, adjetivadas como “primitivas”, “selvagens”, “bárbaras”.

Procurando ir além dos cenários colocados, pontuamos com Hall a intensa necessidade de interrogarmos as fontes, escrutinando as palavras/conceitos que nos são apresentadas no revelar/ocultar “realidades”. Nessa direção, por exemplo, embora focado no campo da produção e circulação midiática de ideias e notícias, o “modelo de

codificação/decodificação” proposto por esse intelectual afrodescendente possibilita um distanciamento e uma crítica da ilusão, que não é ingênua ou inocente, mas profundamente marcada pelas relações de poder, pelas intenções de poder, ou seja, pela vontade de que o outro, o telespectador ou o leitor, assuma como sua a representação de certo “fato”, certo “acontecimento” que chega até ele pelas “mensagens” ou “informações” transmitidas pelo “mensageiro” midiático. Devemos acrescentar que tal ilusão pode ser “esticada” para conteúdos/imagens constantes de documentos históricos, posto que tudo se produz em torno de relações sociais, que são sempre de poder, conflitos e de lutas.

Os diferentes relatos, interpretações e registros que integram a narrativa da expansão nacional para a Amazônia acreana, que é parte inalienável da expansão moderno-colonial do capitalismo e da lógica de mercado para a região, embora cristalizados pela “história dos vencedores” que os sacralizaram, necessitam ser problematizados e colocados em questão de maneira sistemática e rigorosa, como forma de ouvirmos outras vozes e performances de corpos interditados pelas leituras e interpretações hegemônicas. Nessa direção, poderão vir à tona experiências que foram negligenciadas pela narrativa hegemônica, a exemplo das histórias das diásporas negras pelas Amazônias acreanas anunciando falas, performances, lugares de lutas, embates e tensões no encontro/desencontro com as culturas de diferentes grupos indígenas e outros sujeitos sociais em trânsitos pelas correntes fluviais horizontalizadas pelos rios, paranãs, igarapés, furos e lagos amazônicos e pan-amazônicos.

Stuart Hall nos convida a uma constante problematização com base em uma percepção teórica cuja mobilidade seja capaz de desmontar a ilusão de um telespectador, espectador, ouvinte ou leitor passivo, pontuando que toda mensagem é sinônimo de muitos significados e que “a vontade de poder” presente no ato de sua codificação se despedaça em milhares de fragmentos nos entrecosques com aqueles que a recebem, posto que a recebem e a decodificam de múltiplos lugares, com múltiplas formas de percepção e, inevitavelmente, de significação. Por outro lado, devemos lembrar sua insistência em destacar que a narrativa midiática, como qualquer outra narrativa faz parte do universo humano e esse universo é sempre discursivo. Isto quer dizer que a noção de hegemonia do aparato midiático é questionável e mesmo insustentável. A realidade existe, diz Hall, mas não acompanha a mensagem que chega ao ouvinte, leitor ou telespectador: fica em algum lugar.³¹

Os “estudos culturais” nos ajudaram e ajudam a desconstruir verdades e a lutar por um mundo em que as pessoas sejam ouvidas em suas formas de apreensão e interpretação da realidade vivida. Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Thompson e, especialmente, Stuart Hall colocaram o debate sobre consciência e experiência e sobre cultura e ideologia em outros terrenos. Porém, não podemos esquecer que não falamos de um corpo doutrinário fechado, com uma lógica e um modelo a ser seguido, mas como uma perspectiva de continuarmos a pensar a materialidade das culturas, nos opondo a todas as formas de exclusão e hierarquização cultural. Nessa direção, devemos destacar as proposições de Hall, que sugere “uma metáfora diferente para o trabalho teórico: uma metáfora de luta, de combate com os anjos. A única teoria

que vale a pena reter é aquela que você tem de contestar, não a que você fala com profunda fluência”.³²

Dominação e resistência são palavras/conceitos muito marcantes nas formulações de Hall, especialmente, para entendermos questões políticas/sociais que tomam conta de nossos dias, posto que, quando partimos da noção de dominação e resistência como faces de uma mesma moeda, construindo-se social e culturalmente, podemos apreender a dinâmica multifacetada das incursões de mulheres e homens, cotidianamente, no processo de seu “fazer-se” como sujeitos sociais, sujeitos culturais, enfrentando as violências físicas e simbólicas de uma sociedade brasileira marcada pelas chagas do preconceito, da miséria e da falta de possibilidades de constituição da cidadania *stricto sensu*.

Os deslocamentos de milhares de refugiados em todo o mundo, as mobilizações de ruas, os levantes populares, entre outros movimentos, que também são multifacetados, constituem essa lógica de dominação/resistência ou, a rigor, são faces dessa lógica. A reação violenta e intolerante dos estados-nação, empenhados em inibir, intimidar, eliminar as inúmeras e criativas formas e mecanismos de enfrentamento aos “podres poderes” têm sido a resposta daqueles setores sociais que ainda não compreenderam que poder e violência física/simbólica são opostos que não se atraem, como pontuou Hannah Arendt.³³ Não compreenderam e não compreendem porque, munidos de uma lógica/retórica marcada pelo divórcio entre o que dizem e o que fazem, acreditam que as pessoas são meros seres passivos, receptáculos vazios e “enchíveis” de suas “verdades”.

Finalizando, devemos destacar que nossas “afinidades eletivas” com a obra de Stuart Hall nos impulsionam em leituras e traduções do cotidiano de mulheres e homens do passado, em seus deslocamentos para e pelas Amazônias acreanas, instituindo e sendo instituídos pela narrativa da, hermeticamente fechada, identidade nacional. Deslocamentos que, nos tempos presentes, se atualizam não apenas em nossas análises, mas em tensos processos que marcam a entrada de milhares de haitianos, dominicanos, senegaleses e nigerianos pelas fronteiras amazônicas, deslocando as coisas assentadas e pontuando os paradoxos da política externa e das relações entre as nações do continente americano, especialmente, quando as questões da negritude e as diásporas da mãe África colocam em xeque os propalados discursos de “democracia racial” em território brasileiro ou da universalidade dos “direitos humanos” no conjunto de países sul-americanos.

Notas

* Doutor em História Social pela PUC-SP, Professor Associado ao Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre. E-mail: gersonroal@gmail.com

¹ Trecho da canção “Eu vi”, de Robélia Souza e Jonas Filho, apresentada no 8º Festival Acreano de Música Popular (FAMP), 1992.

² Em alusão Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales - Stuart Hall, editado por Eduardo Restrepo, Catherine Walsh y Víctor Vich.

³ Percepção conceitual compartilhada a partir das contribuições de Enrique Dussel, Nelson Maldonado-Torres, Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Antonieta Antonacci e Agenor Sarraf.

⁴ HALL, S. **Sin garantías:** trayectorias y problemáticas en estudios culturales. RESTREPO, E., WALSH, C., VICH, V. (eds). Bogotá: Instituto de estudios sociales y culturales Pensar, Universidad Javeriana Instituto de Estudios Peruanos Universidad Andina Simón Bolívar, sede Ecuador Envión Editores, 2010.

⁵ GLISSANT, E. **Introdução a uma poética da diversidade**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

⁶ HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardia et al. São Paulo: Humanitas, 2003.

⁷ Cf. BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, v. 1, (Obras escolhidas), 1993; NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, vol. 10, São Paulo, 1993, pp.7-28, trad. Yara Aun Khoury; LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: ed. UNICAMP, 1992; SARLO, B. **Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: Edusp, 1997.

⁸ CUNHA, E. À margem da história. Portugal - Porto: Ed. Lello Brasileira S.A., 1967.

⁹ BATALHA, M. C. Murilo Rubião e o fantástico brasileiro moderno. In: GARCIA, F. & BATALHA, M. C. (Orgs.). **Murilo Rubião 20 anos depois de sua morte**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. pp. 33-45.

¹⁰ ALMEIDA, M. W. B. Desbravar e resistir: a ocupação do Acre se fez à base de borracha e violência. **Revista de História.com.br**, 6/5/2009, pp. 1-2. Disponível em: <http://goo.gl/bZm2rW>. Acesso em 27/2/2016.

¹¹ MATTOS, R. A. C. **Relatório do Prefeito do Departamento do Alto Acre** (1905). Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Acre: relatórios de governo (1899-1905) – os anos do conflito – v. I, José Paravicini, Cunha Mattos e José Marques Ribeiro. Rio Branco: Tribunal de Justiça do Estado do Acre, 2002.

¹² SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

¹³ FERREIRA, J. P. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

¹⁴ RAPHAEL SAMUEL. Teatros de Memória. **Projeto História**, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, vol. 14, São Paulo, 1997, p. 62.

¹⁵ SARLO, op. cit., p. 61.

¹⁶ NORA, op. cit., p. 13.

¹⁷ BENJAMIN, op. cit., p. 225.

¹⁸ SOUZA LIMA apud BARROS, G. R. Nos confins do extremo Oeste: a presença do capitão Rêgo Barros no Alto Juruá (1912-1915). Rio de Janeiro: Bibliex, 1993.

¹⁹ AZEVEDO, G. T. Primeiro Relatório Semestral, encaminhado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores: José Joaquim Seabra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 20.

²⁰ Mapa F2/MAP448 – Cruzeiro do Sul – Anexo nº 05, 09, 14, 15, 16,17- 1905 – Mapoteca do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro apud COSTA, A. L. **Na Amazônia, a Princesinha Xapuri Constrói, com Madeira que Cupim não Rói**. Recife: UFPE, 2002. p. 112.

²¹ AZEVEDO, op. cit., p. 31.

²² ARAÚJO, J. A. **Cartas do Acre**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, 1910, p.23.

²³ Idem.

²⁴ ARGAN, G. C. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992

²⁵ HALL, op. cit., 2003, pp. 29-30.

²⁶ ANTONACCI, M. A. **Memórias ancoradas em corpos negros**. São Paulo: Educ, 2013.

²⁷ HALL, S. A modernidade e os seus outros: três “momentos” na história das artes da diáspora negra do pós-guerra. Trad. Marina Santos. **Artafrica** – Centro de Estudos Comparativos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 12/05/2009. Disponível em: <http://goo.gl/p1O6ZM>. Acesso em 22/02/2016.

²⁸ As observações aqui formuladas são a partir do Relatório do Purus, de Euclides da Cunha. Cf. CUNHA, E. **Um paraíso perdido** (ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia). Organização, introdução e notas por Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio; Rio Branco: Fundação Cultural, 1986.

²⁹ Reflexões produzidas a partir do diálogo crítico com a historiografia oficial boliviana, em especial, as narrativas de intelectuais da fronteira amazônica, a exemplo de Hernán Messuti.

³⁰ ESTEVES, B. M. G. **Do “manso” ao “guardião” da floresta**: estudo do processo de transformação social do sistema seringueiro a partir do caso da Reserva Extrativista Chico Mendes. Rio Branco: Edufac, 2012.

³¹ HALL, op. cit., 2003.

³² Idem, p. 204.

³³ ARENDT, H. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 5ª ed.. Rio de Janeiro: Forense, 1991.